

Estudo inédito mostra índices de atendimento a grávidas de bebês com anencefalia

03/07/2009
Clica Brasília

Pesquisa inédita realizada com 1.814 médicos ginecologistas-obstetras mostrou que 83,3% já atenderam mulheres grávidas de fetos com anencefalia (sem cérebro). A média foi de 6,5 atendimentos, por médico, em até 20 anos de atividade profissional. Juntos, atenderam 9.730 grávidas nessa situação.

Dessas, 3.602 mulheres ou 37% do total de atendidas conseguiram na Justiça a autorização para interromper a gravidez. Porém, os dados não permitem saber quantas delas teriam declarado o desejo de pedir a interrupção aos médicos.

Fator temporal Segundo a responsável pela pesquisa, a antropóloga e professora da Universidade de Brasília (UnB), Débora Diniz, o objetivo é mostrar à sociedade a magnitude dos índices da realização de aborto no País por causa da anencefalia no Brasil.

O levantamento foi realizado com médicos filiados à Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo). O público-alvo da pesquisa foram aqueles com experiência na assistência da mulher grávida de feto com anencefalia nos últimos 20 anos.

A questão temporal se deu porque foi no início dos anos de 1990 que surgiram os primeiros indícios de autorização judicial para a interrupção da gestação em caso de anencefalia do feto no País.

O resultado da pesquisa traz à tona a discussão sobre a possibilidade de dar à gestante de feto anencéfalo a liberdade de optar pela interrupção da gravidez de forma legal, sem precisar de autorização judicial, como ocorre atualmente.

O assunto está na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF), sob a relatoria do ministro Marco Aurélio de Melo. Em 2004, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, com suporte técnico do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis) apresentou ao STF uma ação de anencefalia por meio de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).